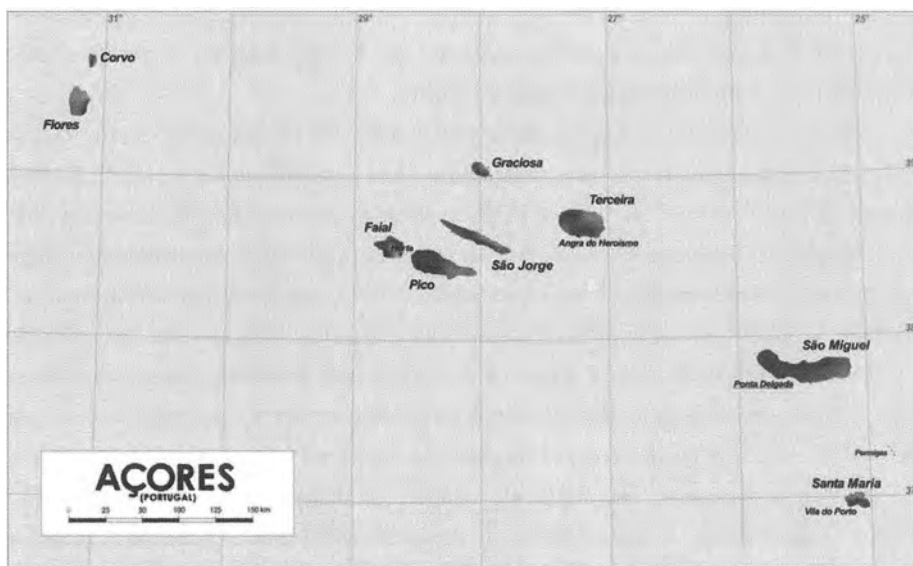


O DISTRITO DA HORTA NO CONTEXTO DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA: UMA ANÁLISE COM BASE NOS REGISTROS DE PASSAPORTES (1836-1839)

SUSANA SERPA SILVA*

Introdução

Até a implantação do regime autonómico, em 1976, a actualmente designada Região Autónoma dos Açores – arquipélago atlântico, constituído por nove ilhas – dividia-se em três distritos: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, seguindo um modelo de divisão administrativa que remontava às reformas implementadas pelos primeiros governos liberais oitocentistas.



Mapa 01

Notas - O distrito da Horta era composto pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. O de Angra era formado pelas da Terceira, Graciosa e S. Jorge e o de Ponta Delgada por S. Miguel e Santa Maria.

Foi precisamente ao longo da década de 30 do século XIX, que o arquipélago ascendeu à situação de província de Portugal (1832), dividindo-se, depois, em duas sub-províncias (1833) e, por fim, em 1836, em distritos. Cada um deles foi administrado, primeiro, por Prefeitos, depois por Administradores Gerais e, por último, por Governadores Civis, que então perduraram no tempo.¹

O distrito da Horta – do qual hoje vimos aqui falar – era constituído pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo – isto é, as situadas mais a oeste, sendo precisamente a Horta, principal cidade, – elevada a esta categoria em 1833 – a capital da ilha do Faial e cabeça da respectiva circunscrição administrativa.

Sabemos que desde 1836, por via das alterações político-administrativas, o Governo Civil do Distrito da Horta, tal como os demais do arquipélago, passou a assegurar a emissão de passaportes, pois, anteriormente, essa função pertencia apenas ao Capitão General, autoridade sediada em Angra, na ilha Terceira, desde 1766, quando o Marquês de Pombal criou a Capitania Geral dos Açores, dentro do espírito centralizador que caracterizou a sua política². Ora, os registos de passaportes, instituídos oficialmente desde 1758, passaram a representar uma fonte incontornável para o estudo da emigração.

Hoje, podemos afirmar que todos os livros de registo de passaportes, que fazem parte dos fundos dos Governos Cívicos, representam um dos indicadores mais coevos das movimentações populacionais, de âmbito legal, possibilitando, aos investigadores hodiernos, a consulta de um acervo importantíssimo para o estudo das correntes emigratórias, passível de um tratamento quantitativo³. No que concerne aos Açores, exceptuando o trabalho de Artur Boavida Madeira, sobre os finais do Antigo Regime, ainda há muito por fazer no tocante ao estudo desta tipologia de fontes.

No que concerne ao distrito da Horta, o primeiro e mais antigo livro, que serviu de base a esta comunicação, remonta a meados de 1836 e vai até inícios de 1839⁴. O segundo livro, porém, abrange os anos de 1856 a 1859, motivando assim um lapso de tempo sobre o qual não dispomos de quaisquer dados. Até ao momento, não encontramos explicação para o que supomos ser o desaparecimento ou extravio do livro ou livros que abrangiam os anos de 1840 a 1855/56. São, pois, mais de 15 anos que se mantêm, por ora, na obscuridade.

Por outro lado, o livro 1 a que nos reportamos, também comporta diversas lacunas, destacando-se o elevado número de registos incompletos, nomeadamente, sem referência à naturalidade e ao destino do requerente, aspectos estes que, a seu tempo, aludiremos. Importa, porém, antes da análise dos dados, fazer uma breve síntese do fenómeno emigratório no distrito da Horta, até finais do primeiro quartel do século XIX, para melhor compreendermos o seu enquadramento.

A tradição dos fluxos migratórios nas ilhas que pertenceram ao distrito da Horta: breve contexto

Sabendo que os Açores, desde os primórdios do seu povoamento, foram terras de imigração e de emigração, já ao longo do século XVI muitos ilhéus deixaram o arquipélago rumo a outras regiões do Império, por necessidade, por espírito de aventura ou ao serviço do rei ou de Deus. Centenas de açorianos participaram no processo de colonização do Brasil e, mais tarde, ‘engrossaram’ as correntes da imigração oitocentista, referindo Fernanda de Camargo-Moro que “as ligações do Brasil com os Açores são já antigas, grandes, longas e profundas”, sendo, pois, relevante a “presença açoriana na formação de importantes segmentos do povo brasileiro”⁵.

Logo em 1550, a Coroa mandou recrutar gentes das ilhas do Açores, com destino ao Brasil, muitos dos quais participaram na fundação da Baía⁶. Por outro lado, ainda na cen-

túria quinhentista, o cronista Gaspar Frutuoso ao relatar a situação de miséria de algumas famílias micaelenses, motivada por maus anos agrícolas, afirma que algumas acabaram por partir para terras de Vera Cruz, pelo ano de 1579⁷.

Todavia, seria no século XVII que o fluxo migratório para terras brasileiras se tornaria mais intenso, desde logo com a formação da colónia de açorianos do Maranhão, em 1619. Segundo Artur Boavida Madeira, por meados de seiscentos, voltaram a partir, ainda para o Maranhão, 52 casais oriundos das ilhas de Santa Maria e de S. Miguel, prosseguindo os recrutamentos de mancebos para cumprimento do serviço militar, naquelas paragens⁸. Em 1677, foi a vez da ilha do Faial servir o contingente da emigração para o Brasil. O então Capitão Mor da ilha e Governador da ilha do Pico, Jorge Goulart Pimentel, providenciou a condução de 50 casais, isto é, 219 almas com destino a Grão Pará. Esta já era a segunda leva, pois outros 50 casais já haviam partido igualmente com oito mil réis de ajudas de custo, cada um. Outros mais viriam a Coroa a solicitar, para o estado do Maranhão, pedindo-se, expressamente, oficiais de pedreiros, carpinteiros e outros afins, por ali haver muita falta.⁹

Apesar de alguns entraves de natureza burocrática, durante a primeira metade do século XVIII, a Coroa continuou a promover a emigração de casais açorianos para o Brasil, quer para defender as regiões de fronteira, a sul; quer para proteger as do norte, nomeadamente, o Maranhão e Pará. Ao mesmo tempo, contribuía para amenizar as dificuldades sentidas pelas populações insulares. Foi o caso, por exemplo, da ilha do Pico onde, na década de 20, vários casais solicitaram a partida para a colónia sul-americana, com vista a fugir da miséria resultante de cataclismos catastróficos. Por meados de setecentos, a demanda de açorianos face ao Brasil intensificou-se, com especial destaque para as regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul¹⁰, e não apenas por interesses político-estratégicos do poder reinol, mas por anseios e carências dos próprios populares. O estado do Pará e Maranhão também continuou a atrair casais e soldados açorianos, sobretudo das ilhas de S. Jorge, Faial e Pico.¹¹ Estima-se que em meados do séc. XVIII, cerca de 6.000 indivíduos haviam partido dos Açores com destino a terras do Brasil.¹²

Provavelmente para limitar e/ou regular uma ascendente propensão emigratória que, outrora, fora imprescindível ao povoamento do território brasileiro – sobretudo com casais das ilhas e gentes do Minho – a legislação viria a tornar-se mais rigorosa e, nalguns casos proibitiva, mas nem sempre, claro, com os resultados desejados pelas autoridades, devido ao recurso à clandestinidade. Por outro lado, as limitações socioeconómicas e as calamidades inerentes ao território insular, obrigaram as autoridades locais a pedir à Coroa o restabelecimento das correntes emigratórias. Nos finais do séc. XVIII, voltou a reacender-se a “colonização do Brasil” com a “participação dos açorianos”¹³. Por exemplo, em 1799, nas ilhas do Faial e do Pico voltariam a ser recrutados 60 casais com destino à Baía.

O Brasil foi assim, durante todo o século XVIII, por imposição da Coroa ou no contexto das migrações voluntárias, o destino preferencial dos emigrantes açorianos, não constituindo as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo qualquer excepção nesta matéria. Se Piva Boléo, em estudo mais antigo, procurou comprovar que de 1617 a 1807 existiu uma forte

corrente emigratória dos Açores para terras de Vera Cruz¹⁴, só entre 1766 e 1820 – período já estudado por Artur Boavida Madeira – terão sido emitidos (e chegaram ao nosso conhecimento), 977 passaportes, rumo ao Brasil, que equivalem a um volume de 1.871 indivíduos, sem contar com o vastíssimo caudal da emigração ilegal e subreptícia¹⁵. Nos inícios do século XIX até meados da década de 1820, em que, devido às Guerras Napoleónicas, à Revolução Liberal portuguesa e à própria independência do Brasil, terá havido uma clara retracção nos fluxos emigratórios insulares tradicionais e legais¹⁶, a distribuição de passaportes chegou a ser nula para as ilhas do Pico, Flores e Corvo, enquanto que para o Faial se emitiram 61 documentos oficiais para 173 passageiros, o que indicia uma emigração de pendor familiar e não apenas individual¹⁷. A nulidade na atribuição de passaportes, porém, não deve ser entendida como sinónimo de suspensão do fenómeno emigratório dado que, uma vez mais, pesariam as partidas ou fugas ilegais, tão frequente nas ilhas mais periféricas do arquipélago.

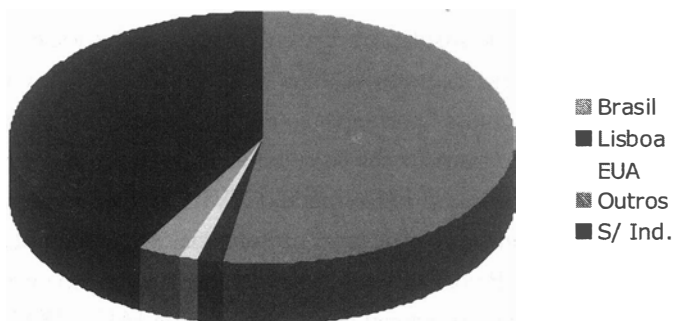
Na década subsequente à independência do Brasil, “muito pouco se sabe acerca da emigração para aquelas paragens”¹⁸ e para isso terá contribuído a fragilização das relações diplomáticas entre os dois países. Ademais, a emigração por iniciativa estatal – “direccionada, de carácter colonizador”¹⁹ – chegara ao fim, iniciando-se, após a consolidação do estado brasileiro, uma emigração portuguesa, em geral e açoriana, em particular, que se pode considerar “espontânea” e “regular”, incentivada pela própria “permissividade da legislação brasileira à imigração”²⁰. Por isso, é na década de 30 – após 1832-34 – que recomeça a emigração para o Brasil, com tendência sempre ascendente, importando, por isso, conhecer, tanto quanto possível, os dados que se reportam a essa década, até agora pouco estudada. Atentemos, portanto, no distrito da Horta.

Os contornos da emigração no Distrito da Horta entre Agosto de 1836 e Maio de 1839

Segundo a fonte a que nos reportamos – o *Livro 1 de Registos de Passaportes* – o Brasil foi claramente o destino privilegiado pelos requerentes deste Distrito:

Gráfico 01

Destinos dos requerentes dos passaportes (Agosto de 1836 a Maio de 1839)

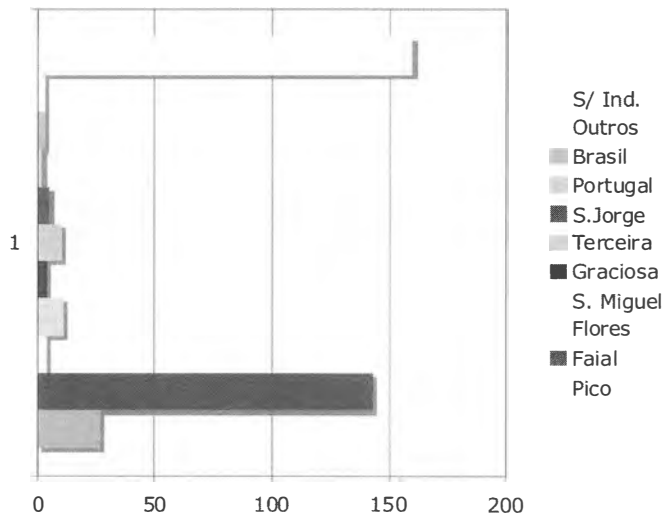


Mais de 50% dos passaportes foram emitidos com destino ao Império do Brasil ou, como pormenorizavam em 1836, com destino ao Rio de Janeiro, no mesmo Império.²¹. No entanto, atrevemo-nos a dizer que talvez 80 a 85% dos passaportes tenha tido mesmo como destino-alvo o Brasil, na medida em que, tal como já referimos anteriormente, o livro contém lacunas, dado que o 1.º Oficial da Secretaria Geral do Governo Civil da Horta foi omissivo, num grande número de registos, relativos ao ano de 1836. Do n.º 39 ao n.º 198 ele deixou de anotar a naturalidade e o destino do requerente, pelo que inferimos que o rumo teria sido sempre o mesmo: o Império Brasileiro e, talvez por isso, devido ao grande número de solicitações, o dito funcionário terá deixado de se repetir. Essa é apenas uma hipótese, a que somamos uma outra dúvida relevante: para onde iriam aqueles que partiam para o Império do Brasil? Em que territórios se fixariam? Ficariam apenas pelo Rio de Janeiro? Trata-se de outro rasto que urge tentar seguir..

Quanto à origem dos requerentes de passaporte com destino ao Brasil – onde se nota igualmente um elevado número sem qualquer indicação – não deixa de ser curioso salientar o seguinte:

Gráfico 02

Origem ou naturalidade dos requerentes de passaportes com destino ao Brasil (Agosto de 1836 a Maio de 1839)



Apesar do elevado número de requerentes sem indicação de naturalidade, e não obstante a variedade de origens, incluindo hebreus, ingleses, italianos, continentais e brasileiros (na verdade, sem grande expressão), encontramos requerentes de quase todas as ilhas do arquipélago, mas não há dúvida que a maioria daqueles que emigravam no distrito da Horta, por vias legais, eram oriundos da própria ilha do Faial e, em segundo lugar, da

ilha do Pico, a mais próxima da sede do Governo Civil. Ora, como é óbvio, as populações das ilhas das Flores e do Corvo, que igualmente faziam parte deste distrito administrativo, também procuravam novos mundos, mas mais dificilmente se deslocariam à cidade da Horta com o propósito de requerer passaporte, o que indicará um considerável teor de emigração clandestina, nas ilhas mais pequenas ou periféricas, como, aliás, sucedia, nos outros distritos do arquipélago.²² Por isso, por exemplo, apenas surgem quatro florentinos e nenhum corvino.

Ignorando, porém, o volume da emigração ilegal, a qual muitos historiados continuam a reconhecer que terá conhecido, nos Açores, uma grande amplitude ao longo de todo o século XIX²³, podemos afirmar que neste período em estudo o número de requerentes de passaportes no distrito da Horta, foi o seguinte:

Quadro 01
Requerentes de Passaportes no Distrito da Horta (1836-1839)

	Requerentes de Passaportes	Sexo Masc.	Sexo Fem.
Agosto de 1836	196	179	17
Vários (+Agosto e Dezembro) de 1837	125	97	28
Vários (+Janeiro) de 1838	61	43	18
Fevereiro, Abril e Maio de 1839	4	2	2
TOTAIS	386	321	65

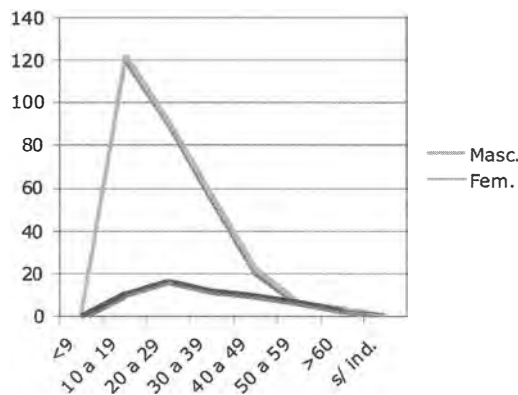
Quadro 02
Total de emigrantes que partiram (1836-1839)

	Requerentes de Passaportes	Acompanhantes	Quantos não partiram	TOTAIS de partidas
Agosto de 1836	196	5	-	201
Vários (+Agosto e Dezembro) de 1837	125	118	1	242
Vários (+Janeiro) de 1838	61	84	2	143
Fevereiro, Abril e Maio de 1839	4	-	-	4
TOTAIS	386	207	3	590

Um dos aspectos relevantes é a superioridade de pedidos por parte de indivíduos do sexo masculino, em relação ao feminino, numa proporção de 83% para 17%, idêntica ao que sucedia, nessa mesma época, nos demais distritos do arquipélago. A emigração insular para o Brasil era preferencialmente masculina, ainda que alguns indivíduos seguissem acompanhados por familiares, incluindo esposas e filhas. Daí que a concessão de 386 passaportes tenha resultado num montante de 590 emigrantes, excluindo já as três pessoas que não chegaram a embarcar. Tal como nos outros distritos de Angra e Ponta Delgada, os acompanhantes eram, maioritariamente, esposas e filhos, alguns irmãos ou irmãs e, esporadicamente, sobrinhos e criados. Não obstante

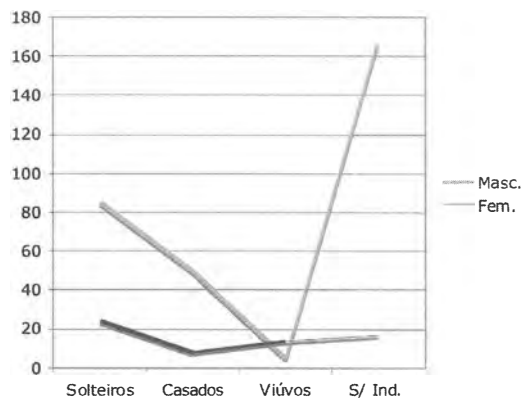
podermos já falar, em 1837 e 1838, de uma emigração de cariz **familiar**, na realidade os fluxos emigratórios do distrito da Horta envolviam numerosos jovens menores ou na casa dos 20 anos (ver Gráfico 3), sobretudo mancebos que, como já tem sido comprovado, procuravam, pela diáspora, a fuga às pesadas regras do serviço militar. O “horror às armas”, quase endémico neste distrito, motivava mesmo uma forte corrente de evasões clandestinas para terras do Brasil²⁴.

Gráfico 03
Distribuição dos requerentes por níveis etários



Também as mulheres emigravam jovens, na casa dos 20 e dos 30 anos, algumas delas solteiras, outras na companhia dos maridos ou então indo ao encontro dos esposos que já se encontravam emigrados. Tratava-se de uma realidade muito semelhante à dos outros distritos, notando-se aqui, como se pode ver no gráfico seguinte, um apreciável número de mulheres viúvas (cerca de 27%), em busca de uma nova vida com vista a ultrapassar as dificuldades que tinham de enfrentar no menos favorecido quotidiano insular.

Gráfico 04
Comparação dos requerentes por géneros e por estado civil



Uma vez mais, sobressai a falta de dados de alguns registos que também não contemplam o estado civil. Aliás, quanto mais avançamos no tempo é que estes documentos se tornam mais completos e rigorosos, passando a incluir indicações como a ocupação e as habilitações literárias dos emigrantes, conforme determinando a própria evolução das políticas de imigração. Neste livro somente encontramos duas indicações de profissão: um lavrador e um egresso.

Apesar de, até ao momento, não dispormos de elementos concretos para o estudo da emigração no distrito da Horta na década seguinte, ou seja, nos anos 40 – pelos motivos que apontamos logo no início – tudo leva a crer que a emigração das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo terá continuado a aumentar nas décadas de 40 e 50 do século XIX. Segundo um estudo da demógrafa Maria Norberta Amorim – em que esta cruza registos paroquiais com róis de confessados e registos de passaportes – em algumas paróquias da ilha do Pico, por exemplo, “a intensificação da emigração expressa-se no ritmo extremamente brusco de queda [no volume de baptizados] nas décadas de 1840 e 1850”²⁵. Ora, o rumo desses movimentos migratórios seria certamente o Brasil, como era regra para as demais ilhas, sendo certo que a emigração paralela rivalizaria, e muito, com a legal.

Quadro 03
Comparação entre os distritos quanto ao volume de passaportes emitidos com destino ao Brasil

Distrito	População em 31/1832	Titulares com destino ao Brasil em 1836/1839	Titulares com destino ao Brasil em 1836/1840	Titulares com destino ao Brasil em 1833/1836	Total
Horta	62.500	365	-	-	-
Angra	72.000	-	197	-	-
P. Delgada	115.500	-	-	1158	-
TOTAL	250.000	365	197	1158	1720

Fonte: Relativamente aos dados populacionais, ver D’AVEZAC, M. *Iles de l’Afrique*. Paris, Firmin Didot Frères Éditeurs, 1848, p. 55. Relativamente aos dados dos passaportes, ver SILVA, Susana Serpa. “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia & MATOS, Izilda (Coords.). *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, p.384-386.

Como podemos verificar pelo quadro anterior, em períodos aproximados, da mesma década de 30, e apesar da população do distrito da Horta ser inferior em 9.500 habitantes relativamente ao de Angra, a emissão do número de passaportes com destino ao Brasil foi superior. O de Ponta Delgada destaca-se com 1.158 passaportes, o que não surpreende face aos seus quantitativos populacionais. Todavia, ressalta um denominador comum aos três distritos: o Brasil como rumo de destino dos emigrantes.

Algumas conclusões

Se esta não terá sido uma realidade homogénea para os distritos do arquipélago, ao longo de todo o século XIX, o que falta apurar – e nos propomos descortinar em futuros trabalhos – é o momento de viragem para outras paragens, sobretudo no tocante aos distritos da Horta e de Ponta Delgada.

Acontece, segundo Luís Mendonça e José Ávila que a tradição migratória para o Brasil manteve-se, com maior fidelidade, no distrito de Angra, até finais do século XIX²⁶, enquanto nos distritos da Horta e de Ponta Delgada se foi avolumando o número de emigrantes com destino aos EUA. Sendo certo que o Brasil persistiu, até novecentos, enquanto destino da emigração açoriana, em geral, o distrito da Horta, porém, viria mesmo a demarcar-se da determinante tendência brasileira, acabando por preferir, uma parte da sua população – especialmente da ilha do Faial – a alternativa norte-americana, não só devido à “integração do porto da Horta nos circuitos comerciais com a Inglaterra e a América do Norte”, mas sobretudo pelo grande número de baleeiras americanas que há muito se abrigavam naquelas paragens, recrutando locais para as suas tripulações.²⁷

Já em 1831, o britânico Capitão Boid que arribou aos Açores, entre a comitiva que preparou a expedição liberal de D. Pedro, salientou, nos seus escritos, as ligações da ilha do Faial à América do Norte, nos finais de setecentos, no decurso das guerras entre a Inglaterra e as colónias independentistas. As vantagens do seu ancoradouro e a facilidade de fornecimento de mantimentos garantiam uma “enorme procura em consequência dos numerosos navios baleeiros americanos que todos os anos visita[vam] o Faial e da[vam] à Horta uma nota de actividade”²⁸.

O rumo que a emigração do distrito da Horta acabou por assumir, “exprime bem as relações privilegiadas que as ilhas ocidentais, em particular o Faial, mantinham com os Estados Unidos, na segunda metade do século” – como refere Maria Isabel João²⁹. Contudo, podemos nós afirmar que, durante a primeira metade da centúria, ainda que escasseiem algumas provas, por lacunas nos registos de passaportes, o distrito da Horta também terá dado um forte contributo – pelo menos entre 1836 e 1839 – para a emigração portuguesa com destino ao Brasil, situação, que estamos em crer, se terá prolongado nas décadas de 40 e 50, como tencionamos vir a comprovar.